



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

PARECER - HURCG-NAJ

PARECER n.º 542/2025

SEI n.º 25.000078510-4

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO 006/2024

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA ÁREA MÉDICA - ANESTESIOLOGIA

ASSUNTO: Solicitação de esclarecimentos – formulado pela empresa S3 Company.

RELATÓRIO

O presente processo foi encaminhado à esse Núcleo pela Comissão de Credenciamento - doc. 2812606, a qual solicita parecer com relação ao pedido de esclarecimento formulado pela Empresa S3. Relata ainda que:

“Após análise, a Comissão verificou que os profissionais listados no ANEXO I, não constavam no contrato social da empresa, tendo sido apresentado, em substituição, contrato de prestação de serviços caracterizando subcontratação.

Considerando o disposto no Item 19, alínea "h" do referido edital, a comissão concedeu prazo de 5 dias para a comprovação do vínculo. “

Foi juntado o pedido formulado pela empresa – doc. 2802665;

E a minuta do Edital de credenciamento – doc. 2812877;

É o Relatório

MÉRITO

A Lei n.º 14.133/2021 em seu artigo 5.º traz os Princípios aplicáveis à Lei de Licitações, dentre eles ao credenciamento, e no caso em análise têm-se ainda os termos do Edital 006/2024.

Com relação aos questionamentos formulados pela empresa S3, tem-se:

1. Questionamento sobre a Exigência de Comprovação de Vínculo via CTPS ou eSocial;
2. Da Exigência de Inscrição Prévia no CRM-PR;
3. Da Apresentação de Conta Corrente no Banco do Brasil;

Questionamento “1” sobre a Exigência de Comprovação de Vínculo via CTPS ou eSocial.

A UEPG possui responsabilidade subsidiária com relação aos contratos celebrados, com prestadores de serviços, incluindo os credenciados. Desta forma deve zelar pela legalidade dos vínculos, e recolhimento das contribuições e pagamentos legais. O que somente é possível, em o contrato havido encontrar-se dentro dos termos legais e autorizados pelo Edital.

No Edital em tela, tem-se dentre as Obrigações das Partes, consta no TR item 4 letra ak:

“Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente. É vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA/CREDENCIADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no Contrato, em observância ao disposto no artigo 167 § 3.º do Decreto Estadual n.º 10.086/2022”. (sem grifo no original).

Na Minuta do contrato o teor acima se repete na Clausula 07, letra h.

O conceito de subcontratação é delegar a terceiro (que pode ser empresa ou pessoa física) parte ou a totalidade do serviço, que não possuem vínculo empregatício ou societário com a empresa contratada.

De modo que as formas legalmente previstas para que os profissionais executem o serviço em nome da contratada são ou na condição de sócios, integrando o quadro societário da empresa. Ou como empregado, nos termos da CLT. O contrato privado celebrado entre a empresa e o médico ou a empresa médica não figura nesse rol, uma vez que há a expressa vedação à subcontratação.

A Lei de licitações não traz a possibilidade da validação de contratos particulares celebrados com a empresa credenciada e os profissionais, sem que isso caracterize subcontratação. O que é vedada nos termos do edital em análise.

Questionamento “2” sobre a Exigência de Inscrição Prévia no CRM-PR.

Tal exigência decorre de Lei Federal n.º 3.268 de 30 de setembro de 1957, a qual dispõe sobre os Conselhos de Medicina.

Art. 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 18. Aos profissionais registrados de acordo com esta lei será entregue uma carteira profissional que os habilitará ao exercício da medicina em todo o País.

§ 1º No caso em que o profissional tiver de exercer temporariamente, à medicina em outra jurisdição, apresentará sua carteira para ser visada pelo Presidente do Conselho Regional desta jurisdição.

§ 2º Se o médico inscrito no Conselho Regional de um Estado passar a exercer, de modo permanente, atividade em outra região, assim se entendendo o exercício da profissão por mais de 90 (noventa) dias, na nova jurisdição, ficará obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo, ou para ele se transferir, sujeito, em ambos os casos, à jurisdição do Conselho local pelos atos praticados em qualquer jurisdição. (sem grifos no original).

O Edital em análise prevê expressamente a necessidade de que os profissionais estejam inscritos no CRM do Paraná.

Conforme acima indicado, tal medida decorre de lei.

A empresa no pedido de esclarecimento protocolado, admitiu, que o pedido de transferência do registro profissional junto ao CRM é um procedimento administrativo que demanda tempo.

Considerando que após a empresa ser convocada para assinar o contrato, o prazo previsto em Edital é de 05 dias úteis, considerando a necessidade do serviço. Considerando que a não comprovação prévia da regularidade da documentação, acarretará impossibilidade da assinatura do contrato, o que pode deixar o serviço desguarnecido. A exigência prévia da comprovação da regularidade da inscrição no CRM e da situação do profissional junto à empresa, é medida que busca a efetivação do contrato de prestação de serviços dentro do prazo previsto em edital. Até porque não seria possível a regularização junto ao CRM em tal prazo, como confirma a empresa.

Desta forma, ainda que a empresa assine um Termo de Compromisso comprometendo-se a providenciar a transferência do registro profissional antes do início da efetiva prestação do serviço. Considerando que o prazo não é próprio da empresa, mas sim de um órgão, certamente não seria cumprido. O que acarretará o não preenchimento das escalas e consequentemente a falha na prestação do serviço. Desta forma, ainda que em um primeiro momento a postergação do prazo para apresentação da inscrição no CRM – Paraná possa ser interpretada como fator de ampliação dos interessados e credenciados. Na prática representará atraso da celebração e execução dos contratos.

O questionamento “3” sobre apresentação de conta-corrente junto ao Banco do Brasil,

O item 6 do Edital, prevê as condições e requisitos necessários à habilitação das empresas interessadas.

Dentre eles consta no item 6.2.4 – letra d – comprovante do número do Banco, agência e conta corrente da pessoa jurídica.

Consta abaixo da Letra “e” uma “Obs” que no momento da assinatura do contrato, ou seja momento futuro e incerto, nos termos do regulamentação legal do credenciamento, a empresa deverá comprovar a regularidade fiscal no sistema GMS e também a conta corrente conforme estabelecido no Decreto Estadual n.º 4.505/2019.

Ao analisar o processo relacionado – doc. 25.000073556-5, verifica-se no despacho que demonstra o cumprimento das exigências – doc. 2798175, que estaria indicado que faltou, a apresentação do comprovante do número do Banco do Brasil, agência e conta corrente, da pessoa jurídica.

Todavia consta em destaque no início do documento os itens a serem regularizados e o prazo para tanto:

PROFISSIONAIS NÃO POSSUEM CRM ATIVO NO PARANÁ

O EDITAL NÃO PERMITE SUBCONTRATAÇÃO, DEVENDO O VÍNCULO SER COMPROVADO POR MEIO DE CTPS OU ESOCIAL

AGUARDANDO PRAZO 23/09/2025

Desta forma, não se verifica que a indicação de que a apresentação da conta-corrente junto ao Banco do Brasil seja requisito para habilitação da empresa. Apenas consta no *Check List* que não foi apresentada até o momento da conferência da documentação. Devendo ser comprovada no momento oportuno, qual seja quando da celebração do contrato.

Todavia, uma vez a empresa convocada para assinatura do contrato terá o prazo de 05 dias úteis para assinatura do contrato. Não há previsão no Edital de concessão de prazo para regularização da documentação.

CONCLUSÃO

Pelo acima, este Núcleo julga ter atendido ao pedido de esclarecimentos formulado pela empresa S3 Company. E mantém-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

NAJ/PROJUR, 06 de outubro de 2025.

Daniella Aparecida Molina Vargas

OAB/PR n.º 38.324



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Aparecida Molina Vargas, Chefe de Núcleo - HURCG - NAJ**, em 06/10/2025, às 14:01, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2820557** e o código CRC **72A1471F**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

DESPACHO

Interessada: S3 Company Serviços Ltda
Edital: Credenciamento nº 006/2024

I – Do Questionamento

A empresa S3 Company Ltda questionou itens do Edital nº006/2024, quanto a documentação apresentada e os requisitos previstos.

II – Da Análise da Comissão

A Comissão de Credenciamento recebeu a solicitação de esclarecimentos. Contudo, em análise, observa-se:

1. Questionamento sobre a Exigência de Comprovação de Vínculo via CTPS ou eSocial;

Após análise, a Comissão verificou que os profissionais listados no ANEXO I, não constavam no contrato social da empresa, tendo sido apresentado, em substituição, contrato de prestação de serviços caracterizando subcontratação. Considerando o disposto no Item 19, alínea "h" do referido edital, a comissão concedeu prazo de 5 dias para a comprovação do vínculo, tendo em vista o Decreto Estadual nº10.086/2022.

2. Da Exigência de Inscrição Prévia no CRM-PR;

O Edital prevê a necessidade de que os profissionais estejam inscritos no CRM-Paraná.

3. Da Apresentação de Conta Corrente no Banco do Brasil;

Não é item obrigatório para habilitar a empresa, consta no check list, mas conforme prevê no edital a apresentação da conta no Banco do Brasil, se faz necessária quando da assinatura do contrato.

4. O **Núcleo de Assessoria Jurídica** manifestou-se pela regularidade formal dos questionamentos, emitindo o Parecer nº542/2025, corroborando o entendimento desta Comissão.

III – Da Decisão

Diante do exposto, esta **Comissão de Credenciamento** julga ter deliberado os questionamentos com os devidos encaminhamentos.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Milton Aparecido Anfilo, Presidente da Comissão**, em 09/10/2025, às 15:25, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2824962** e o código CRC **F90392ED**.